



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO  
FACULDADE GUILHERME GUIMBALA  
Direção Geral

EDITAL Nº 26, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

**EDITAL DE OFERTA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSU), NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO, EM PROCESSO CIVIL – NOVO CPC**

A FACULDADE GUILHERME GUIMBALA - FGG, com a devida renovação de credenciamento junto ao MEC pela Portaria nº 20/2018, mantida pela ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO – ACE, com sede na Rua São José 490, Bairro Anita Garibaldi, Joinville/SC, por intermédio de seu Diretor Geral, torna público o presente EDITAL contendo normas, rotinas e procedimentos para ingresso no curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização em – **Processo Civil – Novo CPC** a ser oferecido por intermédio de seu Centro de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão - CEPPE e do Curso de **Direito** da FGG, **modalidade presencial**, tendo como fundamentos legais o artigo 44, inciso III da Lei 9394/1996 e artigo 44, § 5º do Regimento da FGG, combinado com a Resolução CNE/CES nº 1/2018.

**I – DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO E SEUS OBJETIVOS**

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização em **Processo Civil – Novo CPC** - é constituído por programa de formação destinado a candidatos diplomados em cursos de graduação, visando complementar e aprofundar os conhecimentos acadêmicos e técnico-profissionais em campos específicos do saber e à capacitação, científica ou cultural em novas áreas do conhecimento, mediante a formação integral inspirada nos valores éticos que se fazem alinhado aos preceitos da Missão Institucional.

**II – DAS VAGAS**

O curso terá **45 (quarenta e cinco)** vagas por turma, ficando a critério da Instituição a delimitação do número de turmas.

**III – DOS CRITÉRIOS DE INSCRIÇÃO**

A inscrição deverá ser realizada **exclusivamente** pelo site <https://fgg.edu.br/pos/pos-processo-civil/>, devendo o candidato preencher corretamente os campos solicitados.

**Período de inscrição: de 01/10/2019 a 22/11/2019.**

O processo de seleção dos candidatos será realizado obedecendo às seguintes fases:

1ª fase – Preenchimento do formulário eletrônico disponível em <https://fgg.edu.br/pos/pos-processo-civil/> até **22/11/2019**.

2ª fase – Entrega da documentação exigida para matrícula e assinatura do contrato de prestação de serviços educacionais;



**ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO**  
**FACULDADE GUILHERME GUIMBALA**  
**Direção Geral**

3ª fase – Confirmação de abertura de turma.

Obs.: o candidato deverá aguardar a confirmação de abertura de turma (entre 25 e 30 alunos), a qual será enviada para o e-mail cadastrado pelo(a) candidato(a). A Faculdade Guilherme Guimbala divulgará a situação de abertura da turma até 10 (DEZ) dias antes do início das aulas.

#### **IV – DA MATRÍCULA**

O deferimento e a efetivação da matrícula ocorrerão no período reservado deste edital (01/10/2019 a 22/11/2019), após a análise e aprovação da seguinte documentação:

- Contrato de Prestação de Serviços Educacionais assinado (gerado automaticamente pelo sistema durante a inscrição no *website* informado anteriormente).
- Cópia autenticada do Diploma de graduação (frente e verso), excetuando-se alunos Diplomados pela ACE/FGG.
- Cópia do Documento de Identidade.
- Cópia do CPF.
- Cópia do comprovante de residência dos últimos três meses.
- Uma foto 3x4.
- Os documentos podem ser encaminhados pelos correios, exclusivamente via sedex, com postagem até o último dia de inscrições, no seguinte endereço: **Rua São José, 490 – Bairro Anita Garibaldi, Joinville/SC – CEP 89202-010**, aos cuidados do **Centro de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão - CEPPE**, no caso de candidatos(as) residentes fora do município de Joinville.
- Para os(as) residentes em Joinville, a entrega dos documentos somente será realizada presencialmente, no endereço citado acima, das 10h às 12h e 14h às 18h do período estipulado neste edital.

O candidato egresso de curso de graduação concluído nos últimos 12 (doze) meses poderá apresentar a declaração de conclusão de curso, desde que esta apresente a data de colação de grau já realizada.

O candidato que não apresentar o diploma registrado do curso superior ou declaração de conclusão de curso com data de colação de grau no ato da inscrição/matriculação, terá sua matrícula indeferida. Para aqueles(as) que estão concluindo a graduação e não possuem este documento, deve-se entregar atestado de frequência da instituição de origem, histórico escolar e data prevista para formatura.

Para a obtenção do certificado de Pós-graduação *Lato Sensu*, e do respectivo Histórico Escolar, é necessário que o aluno tenha sido aprovado em todos os componentes curriculares e esteja rigorosamente em dia com a documentação exigida neste Edital. Cabe ao aluno o encaminhamento de todos os documentos exigidos, bem como a responsabilidade quanto à veracidade destes.



**ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO**  
**FACULDADE GUILHERME GUIMBALA**  
**Direção Geral**

O deferimento de matrícula dependerá, ainda, das seguintes condições:

- a) abertura de turma/curso;
- b) existência de vaga no curso pretendido;
- c) inexistência de pendência financeira do candidato junto a Associação Catarinense de Ensino.

**V – DO CURSO**

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em nível de “Especialização em **Processo Civil – Novo CPC** – tem sua Matríz Curricular montada para ser concluída em 24 meses, com início programado para **07 de Dezembro de 2019**.

Periodicidade e Matriz Curricular:

O curso será oferecido na sede da Faculdade Guilherme Guimbala - FGG, com oferta de 45 vagas por turma, correspondendo à carga-teórica de **400h/a**. As aulas acontecerão 1 (uma) vez ao mês, sendo realizadas nas **sextas-feiras das 19h às 22h, e aos sábados, das 8h às 18h**, com intervalos para almoço e café.

Todas as disciplinas do curso são **100% presenciais** e de mais alta importância e modernidade, sendo composta por assuntos de vital relevância para o nível de pós-graduação, com professores reconhecidos (**Ver ANEXO I**). Poderá ocorrer ajuste da periodicidade dos encontros para adequação da carga-horária teórica em 18 meses.

O curso tem a coordenação pedagógica do(a) Professor Dr. Moises Alves Soares, e a matriz curricular está distribuída da seguinte maneira:

DISCIPLINA	PROFESSOR	TITULAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Fundamentos do Processo Civil	Eduardo de Mello e Souza	Especialista	20h
Direitos Fundamentais e Processo Civil	Marcos Augusto Maliska	Doutor	20h
Processo Constitucional	Nestor Castilho Gomes	Mestre	20h
Hermenêutica Jurídica e Processo Civil	Moisés Alves Soares	Doutor	20h



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO  
FACULDADE GUILHERME GUIMBALA  
Direção Geral

Teoria Geral do Processo Civil	William Soares Pugliese	Doutor	20h
Processo de Conhecimento	Rogério Zuel Gomes	Mestre	20h
Processo de Conhecimento	Rogério Zuel Gomes	Mestre	20h
Teoria da Prova no Processo Civil	William Soares Pugliese	Doutor	20h
Tutela Provisória	Antônio Evangelista de Souza Netto	Doutor	20h
Meio de Resolução de Conflitos	Rafael Mendonça	Doutor	20h
Teoria Geral dos Recursos	Pedro Miranda de Oliveira	Doutor	20h
Recursos em Espécie	Mauro Sergio Rocha	Doutor	20h
Cortes Superiores e Efetivação de um Processo Civil Democrático	Fernanda Sell de Souto Goulart Fernandes	Doutora	20h
Processo de Execução	Marcus Vinícius Motter Borges	Doutor	20h
Procedimentos Especiais	Fellipe de Souza Farinelli Medeiros	Mestre	20h
Cumprimento de Sentença	Pedro Henrique Reschke	Mestre	20h
Tutela Coletiva	Eloísa Dias Gonçalves	Mestre	20h
Sistema de Precedentes	Luciana Souza de Araujo	Doutora	20h
MES – Metodologia do Ensino Superior	Charles Henrique Voos	Doutor	20h
Metodologia da Pesquisa	Moisés Alves Soares	Doutor	20h

## VI – DO INVESTIMENTO

- 24 parcelas mensais de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), a ser cobrada a partir do primeiro mês de aulas;
- A ACE/FGG oferece desconto de 10% (dez por cento) para egressos(as) de seus cursos de graduação e 50% para docentes e demais colaboradores da



**ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO  
FACULDADE GUILHERME GUIMBALA  
Direção Geral**

- 
- instituição, a partir da oferta de turma com o número mínimo de ingressantes, para os cursos oferecidos pela instituição;
- c) A ACE/FGG oferece desconto de 15% (quinze por cento) para cada integrante de grupo de 8 (oito) pessoas ou mais.
  - d) A ACE/FGG oferece parcelamento estudantil de até 50% do curso, em parceria com a CredIES (<https://www.fundacred.org.br/site/credies/>).

**VII – DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

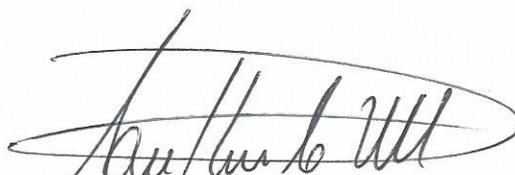
Após a inscrição, o candidato deverá aguardar o deferimento de sua matrícula, que estará condicionado a todas as exigências contidas neste Edital.

Para desistências após a matrícula, ver os dispositivos previstos no contrato de prestação de serviços.

Em caso de não abertura de turma, a ACE/FGG avisará os(as) candidatos(as) no e-mail cadastrado.

Quaisquer informações podem ser levantadas pelo e-mail [pos@fgg.edu.br](mailto:pos@fgg.edu.br).  
Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela coordenação do Centro de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão.

Joinville, 01 de outubro de 2019.

  
GUILHERME GUIMBALA NETTO  
Diretor Geral da FGG



**ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO**  
**FACULDADE GUILHERME GUIMBALA**  
Direção Geral

**ANEXO I – Currículo dos Docentes**

<b>PROFESSOR</b>	<b>Currículo</b>
Eduardo de Mello e Souza	Nascido no Rio de Janeiro, é graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, desde 1987 e pós-graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1995), onde é professor efetivo na cadeira de Direito Processual Civil. É convidado a lecionar ao nível de pós-graduação nas universidades UFSC, CESUSC, UNIVALI e UNISUL. É Conselheiro Estadual Titular da OAB/SC, eleito para os triênios 2013/2015 e 2016/2018, e membro do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB, onde foi nomeado para a Comissão de Direito Processual Civil. É professor de Direito Processual Civil da Escola Superior de Advocacia – ESA/OAB/SC. Possui diversos artigos publicados nas principais revistas jurídicas, voltadas para o Processo Civil e co-autor das obras Estudos de Direito Processual Civil (Ed. RT) e Direito e Processo (Ed. Conceito), tema acerca do qual profere palestras nos principais centros do país. É advogado sênior e sócio fundador da Mello e Souza & Associados.
Marcos Augusto Maliska	Mestre (2000) e Doutor (2003) em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Paraná, com estudos de doutoramento (Doutorado Sandwich) na Ludwig Maximilians Universität, em Munique, Alemanha (2002-2003). Realizou Pós-doutorado no Instituto Max Planck de Direito Público de Heidelberg, Alemanha (2010-2012). Professor Adjunto de Direito Constitucional do Programa de Mestrado em Direito do UniBrasil Centro Universitário, em Curitiba. Procurador Federal. É professor visitante permanente na Faculdade de Direito de Francisco Beltrão - Cesul. Foi professor/pesquisador visitante nas Universidades de Bayreuth, Alemanha (2007), Wrocław, Polônia (2008 e 2010), Karaganda, Cazaquistão (2012), Salzburg, Austria (2014), Lviv, Ucrânia (2015) e Ottawa, Canadá (2019).
Nestor Castilho Gomes	Doutorando em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em



**ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO**  
**FACULDADE GUILHERME GUIMBALA**  
**Direção Geral**

	<p>Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Professor de Direito Constitucional e Processo Constitucional da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE).</p>
Moisés Alves Soares	<p>Doutor em Direito do Estado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Mestre em Teoria e Filosofia do Direito pelo Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor integral do curso de graduação em Direito da Unisociesc e Coordenador dos cursos de Especialização em Ciências Penais e Segurança Pública e Processo Civil – Novo CPC na Faculdade Guilherme Guimbalá/ACE. Membro da Secretaria Executiva do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS).</p>
William Soares Pugliese	<p>Doutor e Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Professor do Programa de Mestrado em Direito da Unibrasil. Coordenador da Pós-Graduação em Direito Processual Civil (Novo CPC) da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Membro das Comissões de Estudos Constitucionais e de Educação Jurídica da OAB/PR. Advogado.</p>
Rogério Zuel Gomes	<p>Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Joinville, Especialista em Direito Civil pela Universidade de Salamanca (Espanha) e Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí. É professor convidado em nível de pós-graduação no Cesusc, Furb, Febe, ICPG, INPG, Unicuritiba, Univille, Unitri/MG, Unochapecó, Unoesc, Escola Superior da Advocacia da OAB/Paraná, Escola Superior da Advocacia da OAB/SC, Escola do Ministério Público de Santa Catarina e Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina. Foi diretor da Comissão Permanente de Controle de Cláusulas Abusivas do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon - 2006/2010 e 2010/2012) e membro da Comissão de Estudos Jurídicos e Legislativos da OAB/SC</p>



**ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO**  
**FACULDADE GUILHERME GUIMBALA**  
**Direção Geral**

	(2005-2006). Advogado militante em Santa Catarina na área de direito contratual e societário.
Antônio Evangelista de Souza Netto	Juiz de Direito de Entrância Final do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Pós-doutorando em Direito pela Universidade de Salamanca - Espanha. Doutor em Filosofia do Direito e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2014). Mestre em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2008). Coordenador do Núcleo de EAD da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - EMAP. Professor da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - EMES. Professor da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - EMAP. Professor em cursos de pós-graduação. Parecerista da revista do curso de mestrado e doutorado em direito da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo - FADISP. Diretor Científico da Coleção Processo e Constituição da Editora Prismas. Participates in Judicial Exchange at Harvard University - Law School. Membro do Fonajuc - Fórum Nacional de Juízes Criminais. Membro da Academia de Cultura de Curitiba/PR. Membro da Soberana Ordem do Mérito de Saint Yves de Tréguier - França. Comendador da Ordem do Mérito Cívico e Cultural - SBHM.
Rafael Mendonça	Doutor em Ciências Humanas (UFSC). Mestre em Ciência Jurídica (UNIVALI). Bacharel em Direito (UNIVILLE). Advogado (Mendonça & Radun Advogados). Presidente do Instituto de Pesquisas Interdisciplinares para a Paz (InterPaz). Professor Adjunto no curso de Graduação em Direito da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) e professor no Curso de Direito da Faculdade Guilherme Guimbala (FGG/ACE). Coordenador do Grupo de Pesquisas em Direito Desportivo Eletrônico (UNIVILLE).
Pedro Miranda de Oliveira	Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2000), especialização em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2002), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR (2005) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP(2011). É professor de Processo Civil nos cursos de graduação, mestrado e



**ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO**  
**FACULDADE GUILHERME GUIMBALA**  
**Direção Geral**

	<p>doutorado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. É Coordenador Nacional para a temática do Direito Processual Civil da Escola Nacional da Advocacia - ENA. É Coordenador da Especialização em Processo Civil do CESUSC. É Presidente do Instituto Catarinense de Direito Processual - ICDP. É Secretário-Geral Adjunto do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP. É membro efetivo do Instituto dos Advogados de Santa Catarina - IASC, da Academia Brasileira de Direito Processual Civil - ABDPC e do Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal - IIDP. É membro consultor da Comissão Especial do Código de Processo Civil do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB. É membro do corpo editorial da Revista de Processo - RePro e da Revista Brasileira de Direito Processual - RBDPro. É advogado e consultor jurídico. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: Constituição e processo, princípios constitucionais do processo civil, tutela jurisdicional dos direitos fundamentais, precedentes judiciais, teoria geral dos recursos, recursos em espécie e repercussão geral no recurso extraordinário. Pesquisador do CNPq - Líder do grupo 'Processo e jurisdição' UFSC/CNPq.</p>
Mauro Sergio Rocha	<p>Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2013). Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (2002). Professor de Direito Processual Civil da Fundação Escola do Ministério Público - FEMPAR; do Centro de Estudos Jurídicos do Paraná - CEJUR; e da Escola da Magistratura Federal - ESMAFE. Ex-professor concursado da UEM (2000). Ex-professor concursado da UEPG (2001). Promotor de Justiça no Estado do Paraná (1995). Vice-Presidente da Fundação Escola do Ministério Público (2013/2014). Coordenador do Núcleo de Controle Abstrato de Constitucionalidade do Ministério Público do Paraná.</p>
Fernanda Sell de Souto Goulart Fernandes	<p>Doutora em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí. Doutoranda em Derecho pela Universidad de Alicante na Espanha. Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí. Professora da Pós Graduação Lato Sensu da UNIVALI. Professora do Curso de Direito da UNIVALI. Professora Convidada Permanente</p>



**ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO**  
**FACULDADE GUILHERME GUIMBALA**  
**Direção Geral**

	<p>da ESA-OAB/SC. Conselheira estadual da OAB/SC. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP. Membro da Diretoria do Instituto Catarinense de Direito Processual ICDP. Advogada.</p>
<p>Marcus Vinícius Motter Borges</p>	<p>Doutor em Direito pela UFSC. Mestre em Direito pela PUC/RS. Especialista em Direito Imobiliário pela UFSC. Professor efetivo do curso de graduação em Direito da UFSC. Professor de diversos cursos de especialização no Brasil. Coordenador do curso de Especialização em Direito e Negócios Imobiliários da Faculdade Damásio de Jesus. Diretor geral da Escola Superior da Advocacia (ESA) da OAB/SC. Superintendente adjunto da Diretoria Executiva do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário (IBRADIM).</p>
<p>Fellipe de Souza Farinelli Medeiros</p>	<p>Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008), Mestre em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina (2015), onde pesquisou, em Processo Civil, a fundamentação das decisões. Professor da Faculdade CESUSC, mantida pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina, nas disciplinas de Teoria do Processo, Direito Processual Civil, Direito das Famílias e das Sucessões. Advogado.</p>
<p>Pedro Henrique Reschke</p>	<p>Advogado atuante em Direito Processual Civil, com enfoque no processo contencioso nos tribunais, e em Direito Empresarial. Professor de Teoria do Processo e Direito Processual Civil na Faculdade CESUSC, em Florianópolis. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013). Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade CESUSC (2015). Especialista em Direito Tributário pelo IBET (2016). Mestre em Direito Processual Civil pela UFSC (2018).</p>
<p>Eloísa Dias Gonçalves</p>	<p>Doutoranda em Direito na Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne. Mestre e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Convidada pelo SERDEAUT (Sorbonne Études et Recherche en Droit de l'Environnement, de l'Aménagement, de l'Urbanisme et du Tourisme - Université Paris 1 Panthéon Sorbonne) para realizar pesquisa sobre direito urbanístico e moradia social (abril e maio de 2015). Pesquisadora dos grupos de pesquisa Pro Polis e Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania, ambos do Programa de Pós-Graduação em</p>



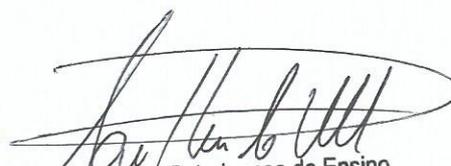
**ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO**  
**FACULDADE GUILHERME GUIMBALA**  
**Direção Geral**

	<p>Direito da UFPR, e do NEPEC (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Direito da Cidade), da UERJ. Professora de Direito Ambiental e Urbanístico e coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica da Sociesc.</p>
Luciana Souza de Araujo	<p>Doutora em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná (2014). Mestre em Direito Cooperativo e Cidadania pela Universidade Federal do Paraná (2007). Graduada em Direito pela Universidade Paranaense (2004). Integrante do Grupo de Pesquisa NEFIL (Núcleo de Estudos Filosóficos), vinculado à pós-graduação em Direito da UFPR. Foi professora integral e membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito da UNISOCIESC (2015-2018). Integrante do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNISOCIESC (2017-2018). Foi assessora acadêmica dos cursos de pós-graduação da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná/FEMPAR (2008-2010). Possui experiência docente (desde 2008), com atuação nos cursos de Direito na FESP, SOCIESC, UNICURITIBA, ISULPAR, FARESC, FAPI, CESUSC e FATEB. Professora de cursos de graduação e pós-graduação em Direito. Orientadora de pesquisas em nível de graduação e pós-graduação. Atua, em especial, com as áreas de Teoria do Direito, Direitos Fundamentais, Direito Civil (parte geral e responsabilidade civil) e Processo Civil (Recursos e Tutela Coletiva). Advogada, com atuação na área cível e experiência na advocacia recursal de cognição de sobreposição (STJ/STF)..</p>
Charles Henrique Voos	<p>Possui graduação em Ciências Sociais - Ênfase em Gestão Pública pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2009) e tecnólogo em Gestão Pública (2007), também pela UNIVALI. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2012). É Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2016). Tem interesses na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana e nos estudos referentes aos movimentos sociais inseridos no processo de planejamento urbano, produção de desigualdades, ação política empresarial, mobilidade urbana e direito à cidade. Membro do Grupo de Pesquisa "Role of Urban Developers</p>



**ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO**  
**FACULDADE GUILHERME GUMBALA**  
**Direção Geral**

	<p>and Urban Development". Professor dos cursos de Direito, Pedagogia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Associação Catarinense de Ensino (ACE) e líder do Grupo de Pesquisa "Direitos e Desigualdades" da mesma instituição. Autor do livro "Quem manda na cidade" (Ed. Appris, 2018). Coordenador do Centro de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão (ACE).</p>
--	--

  
Associação Catarinense de Ensino  
Guilherme Guimbala Netto  
PRESIDENTE - DIRETOR GERAL